

“SÓ OS MAUS ESTÃO ARMADOS”: UMA ANÁLISE DO DISCURSO PRÓ-ARMAMENTISTA E SEUS EFEITOS DE SENTIDO SOBRE “O CIDADÃO DE BEM”

Ayrton Matheus da Silva Nascimento
Licenciando em História – UFAL
ayrtonmatheus2015@hotmail.com

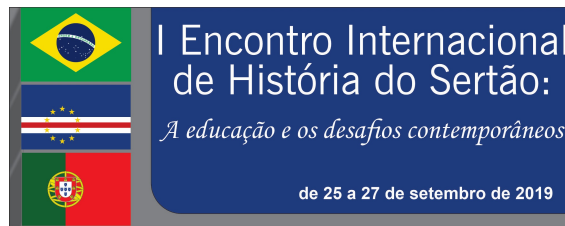
RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar o discurso pró-armamentista do atual presidente do Brasil, Jair Messias Bolsonaro, e seus efeitos de sentido sobre “o cidadão de bem”, em um discurso proferido como resposta à resistência da aprovação do seu projeto no congresso nacional, que busca (va) flexibilizar o acesso ao porte de arma, e que vem dividindo a opinião de muitos. Dentro do aspecto teórico-metodológico, recorreremos à historiadora Brito. (2011), para estabelecer as relações entre a História e a Análise do Discurso, acreditando que o diálogo entre ambas as áreas não somente se faz possível, como também pode possibilitar ao historiador compreender, para além dos discursos, as “tessituras” que os constituem, como aponta a autora Brito (2011), levando-nos a relacionar o enunciado(r) ao seu contexto exterior e às suas condições de produção. Recorreremos também à Análise de discurso Pecheutiana (ADF), para análise das materialidades discursivas segundo Pêcheux (1993, 1990), Orlandi (1996), Silva Sobrinho (2017), etc. Demonstrando como a língua(gem) não é transparente, e de como ela é afetada pela história, tendo seus sentidos ancorados na mesma (MOREIRA, 2017). Com isto, podemos perceber como os dizeres tomam outros sentidos e se deslocam de acordo com a posição do sujeito e as suas respectivas filiações. Vemos também, neste caso, como opera a ideologia materializada no(s) discurso(s), interpelando os sujeitos, e produzindo muitas vezes a condição de assujeitamento destes ao se (des) identificarem. Trilhar esse caminho, nem sempre é fácil, mas, buscando, assim, alcançar o que é tão caro à ciência histórica: a compreensão dos homens no tempo (BLOCH, 2011).

PALAVRAS-CHAVE: Sujeitos históricos, Análise do discurso, História.

Introdução

Todo discurso é o índice potencial de uma agitação nas filiações sócio históricas de identificação, na medida em que ele constitui ao mesmo tempo um efeito dessas filiações e um trabalho (mais ou menos consciente, deliberado, construído ou não, mas, de todo modo, atravessado pelas determinações inconscientes) de



deslocamento no seu espaço. (PÊCHEUX,1990, p.56.)

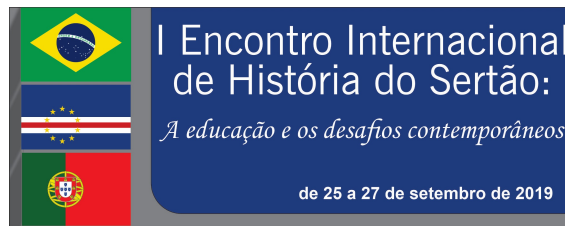
O atual presidente da república do Brasil (2019), Jair Messias Bolsonaro, em um dos seus discursos, em cerimônia de entrega do conjunto habitacional, na cidade de Belém- PA, proferiu um discurso como respostas após a resistência da aprovação do seu projeto de lei que busca(va) flexibilizar o acesso e o porte de armas, tendo em vista, a aprovação do relatório que suspendia o decreto assinado pelo presidente. A resistência partiu da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), do senado.

No Brasil a discussão se divide entre o direito a posse arma, e a compra de munição, e o porte que consiste na possibilidade de ter e levar a arma para outros ambientes para além da propriedade privada e trabalho. O porte é restringido a profissionais da área da segurança, como polícia civil, militar, seguranças etc. Já para a população civil em geral o acesso é resguardado por lei para pessoas que comprovam junto da polícia federal a rela necessidade.

Na legislação proposta pelo presidente buscava facilitar desde a importação das armas, a permitir que um grupo restrito de colecionadores, atiradores e caçadores conhecidos como -CACs, portassem armas de fogo além do percurso permitido por lei, sendo este das suas residências ao local de tiro ou de trabalho, para outros espaços, aumento também o direito a compra de cartuchos passando de cinquenta por ano, podendo chegar a um número de até mil, etc.

Os discursos pró-armamentistas perseguiram a figura do até então pré-candidato a presidência da república, que declarava publicamente a sua anuência, a flexibilizar, e que desde a campanha demonstrava ser um discurso em potencial e aderente de grande parte da população brasileira, em um contexto de altos índices de violência e ascensão do conservadorismo moral e político (CAVALCANTI, 2019).

Os estudos dos Discursos e da História: A análise do discurso (também conhecida como AD ou ADF) surgiu no ano de 1960, na França, com o filósofo Michel Pêcheux, buscando "[...] compreender, através dos processos discursivos, o mundo no qual vivemos e atuamos [...] e seus movimentos de sentido" (SOBRINHO, 2017, p.11. Grifo o autor). Percebendo como a



língua(guem) e as práticas sociais estariam imbricadas nos desvelamentos dos processos sociais e dos conflitos gerados entre mundo e o capital .

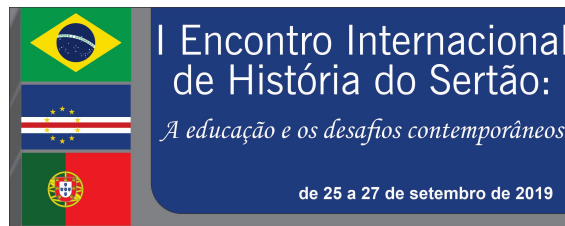
Os desafios de Pêcheux era refletir "[...] sobre a ciência, a língua, a política, o Estado, a ideologia, o movimento operário, enfim [...] sobre os efeitos das lutas de classes nas produções de sentido" como afirma Sobrinho 2017 p.13-14, e isso, por meio do discurso. A AD, enquanto campo disciplinar, desde seu início se propôs heterogênea (SOBRINHO 2017), a partir do confronto entre os campos da Linguística, Lógica e a Psicologia Social, como traz Sobrinho (2017, p.13): “Sabemos que a AD iniciou sua caminhada confrontando-se com a linguística, com a Lógica, com a Psicologia Social e, também, com as Ciências Sociais, para mostrar como a linguagem não é transparente e como ela é afetada pela História.”.

(De) mostrando que a linguagem não poderia ser concebida/encarada enquanto neutra e/ou transparente, e que, jamais deveríamos desassocia-la da história, mas perceber como a mesma é afetada, e atravessada, tendo o movimento da história repousado sobre os movimentos de sentido(s) e sobre os processos de significações.

E com a história a não é diferente, desde o seu desenvolvimento da antiguidade aos paradigmas positivistas, os sujeitos foram objeto de perscrutação, em certos tempos, a figura do rei, o imperador, mas em outros movimentos como Marxismo, o proletário, e os de baixo, abrindo cada vez mais espaços para os múltiplos sujeitos históricos.

Segundo a historiadora Brito (2011) a análise do discurso, em particular Pecheutiana, permite ao historiador analisar os discursos contidos nas fontes e as tessituras que o compõem, enquanto efeito e estrutura, e os embates sobre os confrontos discursivos na nomeação dos fatos históricos, sendo um diálogo além de possível, rico, permitindo incorporar aos estudos históricos a prática de análise das discursividades dos sujeitos históricos em seu fazer social.

O historiador das ideias Korselleck (2006), também nos acena ao perceber que o uso das palavras para nomear as coisas, e articular os processos históricos trazem em si importância e relevância política e social, pois estes não são neutros, mas trazem em si atravessamentos e



ideologias de um tempo, que deve ser apreendido e analisado no fazer historiográfico. Podendo ser um reflexo até mesmo de mudanças conjunturas sociais e políticas.

O corpus discursivo da pesquisa (nossa fonte) dividimos em duas sequências discursivas:

SD 1- "Eu apelo aos parlamentares aqui agora: não deixem o Senado, a Câmara, revogar, derrubar o nosso decreto das armas".

SD 2- "Hoje o cidadão de bem dificilmente consegue comprar uma arma, só os maus estão armados e esses dois decretos regulamentando leis sobre armar permite ao cidadão de bem, se desejar, ter uma arma dentro de casa"

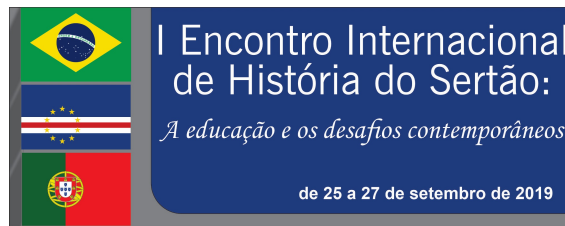
Segundo o analista do discurso Lemos (2012, p.97)

“Os sujeitos do discurso ao falar, falam de um lugar social e histórico, tomam, mesmo que de modo inconsciente, uma posição de classe. Assim, os enunciados produzem sentidos através desse jogo ideológico, do dito, do não dito, do impossível de dizer, do não pode falar e da necessidade do apagar/silenciar sentidos rejeitados ideologicamente ‘perigosos’.”

Ou seja, o sujeito ao discursar traz consigo um lugar social do qual estes falam, e suas inscrições ideológicas em formações discursivas (limites do pode e deve ser dito ou não), perfazem um jogo do dito e do não dito, sendo responsável por apagar e silenciar outros discursos e dizeres, inclusive as rejeições ideológicas de perspectivas contrapostas. Pelos discursos é possível observar as ideologias, seus movimentos e seu percurso e de como ela interpela os sujeitos no nível inconsciente (ORLANDI, 2012).

SD 1- "Eu apelo aos parlamentares aqui agora: não deixem o Senado, a Câmara, revogar, derrubar o nosso decreto das armas".

Na primeira SD, temos a ilusão de transparência da língua, ao presidente por meio da sua fala usar o pronome "nosso", ao se referir ao decreto, como forma de incluir e interpelar os outros sujeitos a vindicarem seu "direito" e de tomar a sua luta. A mesma SD, ainda divide a população ao colocar a câmara legislativa e o senado não enquanto vontade ou representação a favor do povo, como estes são e representam. No discurso do presidente estes são colocados como oposição tanto aos cidadãos de bem, quanto as ações propostas pelo presidente. A língua tem como um dos efeitos



transmitir mensagens ao receptor, "Eu apelo aos parlamentares" dando a percepção de que estes sujeitos possuem o poder de revogar, reverter e mudar. Aspectos como urgência também são capturados "aqui agora", dando o caráter de pressa em ações de oposição.

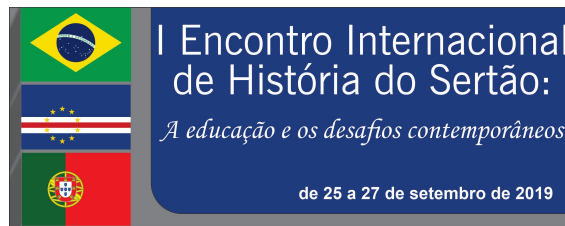
Mais ainda outras questões são levantadas: Quem é (são) o(s) cidadão(s) de bem? Que memória discursiva é evocada? (e/ou existe um padrão do que é ser cidadão de bem?), ou qual o efeito de sentido provocado discursivamente por meio do enunciado? "só os maus estão armados"?

Os sentidos das palavras empregadas, não existem em si mesmos, antes estão diretamente relacionadas, ao sujeito que as emprega, estando este inscrito em uma relação de classe, produzindo então os sentidos. Destacamos neste caso que se trata de um sujeito que ocupa cargo público, de visibilidade, e autoridade política, e que quando discursa, existe acompanhamento da sua fala, e em muitas vezes profissionais que planejam todos os seus discursos, desde o contexto em que estes serão pronunciados, ao posicionamento das palavras, com o intuito de alcançar o maior público possível, fazendo então a ideologia funcionar.

Trata-se de um sujeito homem, hétero, branco, classe média alta, ex-militar formado do exército brasileiro, e que ocupou o cargo de deputado federal por sete mandatos, até no ano de 2019, assumir a presidência da república com 53,13 % dos votos considerados válidos. O cidadão de bem que se é evocado discursivamente, não foge deste lugar social, próximo ocupado pelo enunciador, pois o que se pode e o que se é dito (FD) é sustentado pela forma em que o sujeito lê o mundo social ao qual se está inserido (FI), sendo esta classe em específico os beneficiados com a aprovação dos decretos pospostos.

Na nossa segunda SD 2- "Hoje o cidadão de bem dificilmente consegue comprar uma arma, só os maus estão armados e esses dois decretos regulamentando leis sobre armar permite ao cidadão de bem, se desejar, ter uma arma dentro de casa"

De muito já é sabido dos problemas sociais enfrentados pelo Brasil, como fome, miséria, falta de emprego, etc. No entanto no discurso analisado é posto que o "cidadão de bem" dificilmente consegue comprar uma arma, como se o que o impossibilitasse fosse a legislação, e não consequência das mazelas sociais e de pobreza, que muitas vezes os impede de ter elementos



essenciais para sobrevivência. No discurso proferido, não é dito quem poderá ter acesso à posse e porte de arma ao desejar, mas com certeza não a maior parte da população brasileira que vive com o orçamento de um salário mínimo, pois o porte, e a compra de arma e munição encontram-se em padrões de custos elevados.

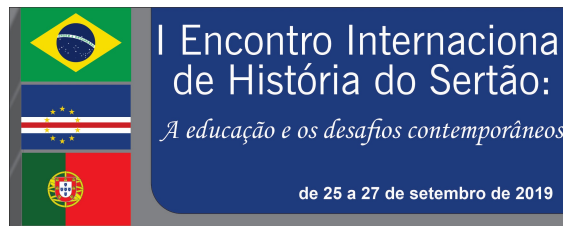
Vemos no discurso, o silenciamento da agência do capitalismo como determinante, e responsável na produção dos "maus"¹ e do caos social, e que as principais vítimas do sistema tem sido a população constituída em sua maioria de jovens, negros e pardos, de baixa escolaridade advindos das camadas sociais mais pobres, e periféricas, sendo as vítimas de assassinatos no Brasil (CAVALCANTI, 2019).

Na análise do discurso também somos levados a analisar as falas e as derivas deixadas pelos sujeitos ao discursarem, como vemos no trecho: "só os maus estão armados", e longe de ser uma verdade sabemos que muitas classes como, as forças policiais civis e militares, etc. estão armadas, mas que se apresenta como não dito atravessando, e contrastando o enunciado. O enunciado além de funcionar a favor do capital, como forma de levar pessoas a quererem adquirir e portar armas busca provocar na população a sensação vulnerabilidade em relação aos "maus".

Manter a segurança como consta na constituição (no art. 144 da constituição federal de 1988) é um dever do Estado enquanto instituição maior, não da população civil, para cobrir as ausências do Estado, e transmitir a ilusão de que "ter uma arma dentro de casa" estará se protegendo enquanto cidadão de bem, e que discursivamente também se contradiz e foge do projeto proposto pelo presidente, que visa não só porte dentro de casa, mas de locomoção de armas e munição por um grupo social específico -CACs-.

Art. 144. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: I - polícia federal; II - polícia rodoviária federal; III - polícia ferroviária federal; IV - polícias civis; V - polícias militares e corpos de bombeiros militares. (Constituição Federal, 1998, p.90).

Para a AD, todos os discursos são sustentados por outros dizeres que o antecedem, e estes possibilitam que os sujeitos se identifiquem com dados discursos e não outros e com isto,



concordamos com Cavalcanti (2019, p. 78). "Daí, consideramos que, assim como a luta de classes produz sujeitos particulares (de classe), particulariza também os sentidos expressos nas diferentes posições sujeitos, condição esta que permite dizeres particulares sobre eles e suas possíveis punições."

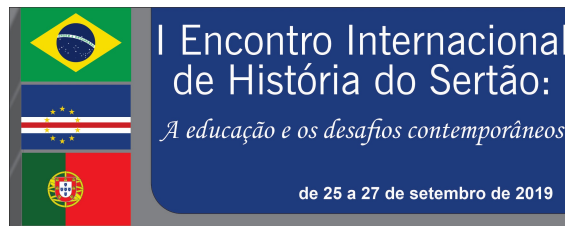
Vemos neste caso, como os discursos, atravessados por uma ideologia, constrói um estereótipo de cidadão de bem (relativo de acordo com a história e com os sujeitos que a empregam), em contraponto a um vilão que mascara as mazelas consequência do próprio sistema capital, fazendo com que a maior parte da população brasileira se filie ao status ilusório de cidadão de bem, para assim aderirem a interpelação na legislação proposta, sendo postos em um jogo de classes no sistema do capital.

Considerações finais:

Com a incorporação dos estudos discursivos a História é possibilitado ao historiador desvelar os processos históricos e sociais, compreendendo os sujeitos, ideologia, a língua, seus usos, e de como estes funcionam no fazer social. Apontando de como estes não são neutros, podendo então trazer consigo a materialização de conflitos sociais, sendo a chave para interpretação dos motores dos processos históricos.

A AD como nos tem acenado demonstra como os discursos não são neutros, mas postos em jogo, e inscritos na luta de classes. O sujeito ao discursar encontra-se atravessado e situado, e que as palavras mudam de sentido de acordo com quem as emprega (PÊCHEUX, 2012) e que as ideologias encontram-se constantemente interpelando os sujeitos, levando então ao assujeitamento.

É possível também perceber a ascensão dos discursos pro-armamentistas e de múltiplas facetas, paralelamente a ascensão do conservadorismo moral e político, com o intuito de aprovar interesses de classes específicas, e levando a grande parte da população brasileira, se conceber como além de desprotegida ter a ilusão de que problema será solucionado com a aquisição de arma e não com as melhorias na educação e de políticas públicas.



NOTAS

¹ No decorrer do nosso trabalho optamos usar o adjetivo "maus" entre aspas por acreditar que a forma em que este é empregado no corpus analisado além de relativo mudando de acordo com os períodos na história, também em relação aos sujeitos que a emprega.

Referências

AMARAL, Maria Virgínia Borges, Sóstenes Ericson; autores Cristiane Gomes de Souza [et al.]. **Do discurso**. Maceió: EDUFAL. 2019. p. 75-94.

BRASIL. [Constituição (1988)] **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016. 496 p.

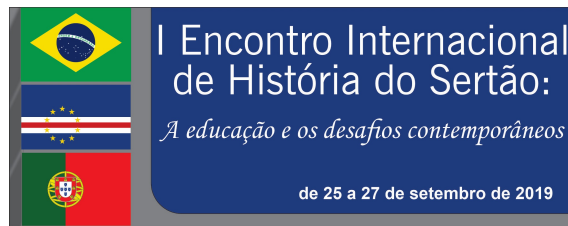
CAVALCANTE, Maria do Socorro Aguiar de Oliveira; autores Helson Flávio da Silva Sobrinho... [et al.] – **Linguagem discurso e ideologia**: a materialidade dos sentidos. Maceió: EDUFAL, 2017.

ESTATUTO DE CONTROLE DE ARMAS DE FOGO. Câmara dos Deputados. Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/internet/agencia/infograficos-html5/estatuto-de-controle-de-armas-de-fogo/index.html>> Acesso em: 13/07/2019.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de Discurso: princípios & procedimentos**. 8. ed. Campinas: Pontes, 2012.

PÊCHEUX, Michel, 1938-1982. **O discurso: estrutura ou acontecimento**; Michel Pêcheux; tradução: Eni P. Orlandi - 6 edição, campinas SP Pontes Editores, 2012.

PROJETO REGULAMENTA AQUISIÇÃO E CIRCULAÇÃO DE ARMAS DE FOGO DO PAÍS. Câmara dos Deputados. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/SEGURANCA/422912-PROJETO-REGULAMENTA-AQUISICAO-E-CIRCULACAO-DE-ARMAS-DE-FOGO-NO-PAIS.html>> Acesso em: 13/07/2019.



PORTE DE ARMA NO BRASIL: COMO FUNCIONA?. Politize. 25 de jan. de 2019. Disponível em: < <https://www.politize.com.br/porte-de-arma-no-brasil/> > Acesso em: 25/10/2019.
SILVA, Giselda Brito. **História Política e Análise do Discurso: uma escrita da história em construção.** ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009. p.1-8.

SEGURANÇA PÚBLICA: DEVER DO ESTADO, DIREITO E RESPONSABILIDADE DETODOS. jus.com.br. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/53353/seguranca-publica-dever-do-estado-direito-e-responsabilidade-de-todos>> Acesso em : 25/10/2019.